

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 132/2013
21 DE JANEIRO DE 2013, PALMAS - TO

Aos 21 de janeiro de dois mil e treze, às treze horas e trinta minutos, na Associação Tocantinense de Municípios, localizada na Avenida Teotônio Segurado ACSU-SO, 50, conjunto 01, lote 21, Palmas/TO, foi iniciada a Audiência Pública nº 132/2013, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União, seção 3, do dia nove de janeiro de dois mil e treze e em jornais de grande circulação nacional e local, tais como Correio Braziliense (DF), Estado de Minas (MG), O Estado de São Paulo (nacional), A Gazeta (MT), A Tribuna (ES), A Tarde (BA), Correio do Estado (MS), Jornal do Tocantins (TO), O Popular (GO) que teve como objeto tornar público e colher sugestões, contribuições aos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para Concessão e aos Programas de Exploração das Rodovias BR-262/ES/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-101/BA, BR-163/MT e BR-163/267/262/MS, integrantes da 3ª Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais – Fase III. Para composição da mesa da Audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: a Senhora Mirian Ramos Quebaud, Presidente da Audiência; a Senhora Luciana Faria Cortonesi, responsável pelos trabalhos da secretaria, a Senhora Viviane Esse e o Senhor Stéphane Louis Georges Quebaud, representantes da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária; o Senhor Diogo Souza Moraes, representante da Procuradoria-Geral da ANTT e o Senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, representante da Ouvidoria da ANTT. Inicialmente, a Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução ANTT nº 3.705/2011 e Deliberação ANTT nº 002, de 8 de janeiro de 2013. Passou, em seguida, a palavra ao Senhor Stéphane Quebaud que fez a apresentação dos estudos de viabilidade técnica e econômica para a concessão da rodovia BR-153/TO/GO, objeto da Audiência. Após o intervalo, a Secretária da mesa fez uma breve colocação das contribuições previamente recebidas até o momento da Audiência, totalizando 31 (trinta e uma) contribuições por meio eletrônico e 5 (cinco) por escrito, recebidas nas sessões presenciais realizadas nas cidades de Belo Horizonte, Vitória, Salvador e Brasília e ainda, 1 (uma) contribuição recebidas no local. A maioria das contribuições, até o momento, se referem a concessão da rodovia BR-262, com assuntos versando sobre a localização das praças de pedágio, trevos rotatórios, construção de passarelas, iluminação nos trevos, sinalização de perigo e duplicações. Da contribuição recebida por meio eletrônico, o senhor Adeilton Nunes menciona sobre o critério adotado para definição das praças da BR-050. Para ele, a quantidade de praças de pedágio está incoerente, considerando a distância entre elas, em relação ao trecho da rodovia. Segundo o senhor Nunes, as “contas não fecham”, de acordo com os estudos apresentados. Nesta sessão nós recebemos a contribuição da Polícia Rodoviária Federal, do senhor Alonso Mata Trindade, na qual ele relatou a necessidade da Polícia Rodoviária Federal no trecho de concessão da BR-153. A rodovia federal sobre concessão é patrimônio público da união, bem como a PRF, órgão de fiscalização responsável pela preservação da ordem pública e segurança de seus usuários. Deste modo, entende que a futura concessionária terá os seguintes encargos: construção de novos postos e pátios nos locais a serem indicados pela superintendência, conforme afetação do traçado da rodovia, os quais deverão seguir os padrões adotados pela PRF. Possibilidade de aplicação das verbas de aparelhamento nos núcleos de apoio ao policiamento e fiscalização que não estejam afixados no local da concessão. Cobertura de rádio digital padrão, projeto Landell, construção de passarelas e barreira de proteção em todas as cidades cortadas pelo trecho concedido. Passagem de nível e proteção telada para os locais de passagem de animais silvestres, um radar móvel para cada unidade

operacional do trecho concedido. Uma balança para cada veículo pesado por unidade operacional, instalação de câmeras para utilização de postos da PRF, ou acesso de *link* compartilhado da concessionária; aquisição de equipamentos operacionais e de informática necessários à prestação do serviço de policiamento e fiscalização, de incumbência da PRF. Instalação de letreiros luminosos sobre a rodovia a cada trinta quilômetros, com operação remota controlada pela Polícia Rodoviária Federal. Um centro de comando e controle padrão DPRF, equipamento de raio-X montado sobre veículo, padrão DPRF. Ao término da leitura feita pela Secretária, a senhora presidente passou a palavra à senhora Viviane Esse, representante da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária para tecer os comentários. Quanto à contribuição do senhor Adelino, sobre as distâncias das praças de pedágio, a senhora Viviane ressaltou que, como fora apresentado pelo senhor Stéphane, a distância da praça de pedágio não é equidistante, por isso a tarifação é diferente para cada praça. A explicação será feita detalhadamente por escrito, no Relatório da Audiência Pública. Quanto à contribuição do senhor Alonso, a representante da Superintendência agradeceu e ressaltou a importância da participação dos senhores na Audiência Pública, porque as contribuições podem alterar os estudos da rodovia. Sobre a construção de novos postos e pátios nos locais a serem indicados pela superintendência, conforme afetação do traçado da rodovia, seguindo o padrão da PRF, a senhora Viviane esclareceu que há previsão de recuperação dos postos da Polícia Rodoviária Federal. A implantação dos novos postos segue o padrão adotado pela PRF. Sobre a possibilidade de aplicação de verba de aparelhamento nos núcleos de apoio ao policiamento e fiscalização, que não estejam afixados no local da concessão foi informado que a verba existe e será feito um convênio específico entre a concessionária, a ANTT e a Polícia Rodoviária Federal, para utilização desse recurso. Atualmente o convênio não prevê a destinação de recursos para postos que não estejam localizados nas rodovias concedidas, no entanto, já se encontra na Procuradoria da ANTT, com a concordância da PRF e concessionária, um convênio piloto, que será constituído por um termo aditivo ao convênio padrão, contemplando a utilização da verba em posto ou superintendência que não estejam localizados na rodovia concedida. A respeito da cobertura de rádio digital é padrão e sua especificação compete à Polícia Rodoviária Federal. E ainda, sobre a construção de passarelas e barreiras de contenção em todas as cidades cortadas pelo trecho concedido, iluminação, implantação de telas foram apresentadas pelo senhor Stéphane, já sendo contemplado no projeto, assim como a passagem de nível e proteção telada para os locais de passagem de animais silvestres. A senhora Viviane ainda fez observações sobre a instalação de câmeras para utilização dos postos da PRF e acesso ao link de compartilhamento da concessionária informando que em algumas concessões, a Polícia já opera dentro do CCO, isto é, Centro de Controle Operacional da concessionária. Esta atividade conjunta traz uma grande efetividade para a realização das atividades de inspeção, com um elevado número de informações disponíveis, além do monitoramento de cem por cento da rodovia por câmeras, informado pela senhora Viviane. Sobre instalação de letreiros luminosos sobre a rodovia a cada trinta quilômetros, sobre operação remota controlada pela PRF, há previsão de implantação de painéis de mensagem variáveis ao longo da rodovia, além dos fixos e a operação é a cargo da concessionária. A respeito do equipamento de raio-X montado sobre veículo padrão da PRF, é um equipamento que pode ser adquirido com a verba de aparelhamento. Ao término das colocações da senhora Viviane, a presidente da sessão iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral, chamando o senhor Otoniel Andrade Costa, prefeito da cidade de Porto Nacional. O senhor Otoniel informou que, o município a que ele pertence tem a jurisdição com início logo na travessia da ponte até a divisa com o município de Paraíso, ressaltando que nesta região está acontecendo um desenvolvimento urbanístico muito grande. Assim, a duplicação vai iniciar no aterro da ponte, até o primeiro pedágio, no quilômetro vinte e seis aproximadamente, próximo ao pátio da ferrovia. Solicitou que, quando for executar o projeto básico, ou até mesmo o projeto executivo, já na execução que fiquem atentos para a discussão com os dois lados interessados, tendo em vista a existência de muitos loteamentos já aprovados, com lotes vendidos, lembrando também que boa parte da ponte até o quilômetro vinte e seis é uma área urbana do município de Porto Nacional. É uma região O senhor Otoniel ressaltou que são mais de vinte mil lotes que estão vendidos naquela região. E ainda, manifestou sobre o grande fluxo de máquinas agrícolas, tendo em

vista que o estado é eminentemente agrícola, salientando para as fazendas que serão cortadas pela duplicação da rodovia, questionando como serão as passagens para as máquinas circulando de uma fazenda para outra. Ao término de sua contribuição colocou o município à disposição para trabalhar junto na execução do projeto, não esquecendo os municípios envolvidos ao longo do trecho, que terão muita contribuição a fornecer. Agradecendo a contribuição do senhor Prefeito, a presidente passou a palavra à senhora Viviane Esse que lembrou a todos sobre a oportunidade aos presentes que enviem suas contribuições quanto aos estudos desenvolvidos. Solicitou ainda que o senhor Otoniel apresentasse o plano urbanístico da cidade de Porto Nacional, no site da ANTT, fazendo também uma contribuição por escrito, detalhando um pouco mais, para que a Agência conheça melhor os novos loteamentos, e possa analisar. Na sequência, passou a palavra ao senhor Stéphane, apresentador e representante da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária. O senhor Stéphane fez a colocação sobre o uso de veículos agrícolas, informando que, nos estudos a tentativa é de prever tudo o que pode acontecer em termos de crescimento ao longo da rodovia. Porém, se houver necessidade de intervenção, conforme apresentado anteriormente é possível, pois é previsto uma reserva de obras de melhorias, justamente pensando-se no futuro. Além disso, se houver a necessidade de outras intervenções devido ao desenvolvimento não esperado no local, há possibilidade de inclusão no programa de investimento ao longo da concessão. A seguir, foi chamado para sua contribuição, o senhor Célio César Ramos, da Secretaria de Indústria e Comércio na cidade de Porto Nacional. O primeiro assunto levantado pelo senhor Célio é a respeito da área de convivência ao longo do trecho das rodovias. O segundo assunto é sobre as desapropriações que por ventura vierem a ocorrer. E ainda, sobre a questão ambiental, se os estudos de projetos serão da concessionária ou do governo? O senhor Stéphane solicitou a palavra, agradecendo a contribuição e informou que, sobre a desapropriação, será de responsabilidade da concessionária. No projeto foi previsto um recurso para isso, ou seja, foi realizado um levantamento das desapropriações necessárias, sendo considerado no modelo apresentado. Quanto aos estudos ambientais, e obtenção de licenças, também será de responsabilidade da concessionária. Tendo em vista as experiências anteriores, o senhor Stéphane relatou a todos que neste projeto, o pedido de licenças será feito antes de assinar o contrato com a concessionária. A ANTT vai entrar com a solicitação junto ao IBAMA, com objetivo de reduzir os prazos já que existem muitas obras a serem realizadas em um curto espaço de tempo. Sobre a área de convivência, isto é, os pontos de apoio, o senhor Stéphane ressaltou que o assunto é recorrente nas sessões presenciais. Com objetivo de esclarecer os presentes informou-se sobre a lei aprovada ano passado estipulando que o caminhoneiro descansa certa quantidade de horas por dia, e, para isso ele teria que parar. A lei trata de obrigatoriedade de se ter pontos de apoio em todas as rodovias, inclusive nas concedidas, porém após aprovação da lei houve um veto oriundo da Presidência da República, que, entre outras coisas, tirou essa obrigatoriedade nas rodovias concedidas. A ANTT, no sentido de apoiar os caminhoneiros e obedecer a determinação legal apresentou em outro projeto de concessão, os pontos de apoio. Porém, o Tribunal de Contas da União determinou a retirada dos pontos, alegando aumento do custo no projeto, o que refletiria na tarifa de pedágio aos usuários. Assim, com a posição do Tribunal, necessária para aprovação dos projetos de concessão, nestes lotes rodoviários da fase III não foram considerados os pontos de apoio aos caminhoneiros. De qualquer forma, a ANTT entende esta necessidade, esperando uma evolução no processo junto aos órgãos competentes e iniciativa privada. O próximo orador foi o senhor Alonso Trindade, que iniciou sua colocação relatando que já foi feita uma contribuição por meio formal, via ofício. Mas, de qualquer forma, quis destacar que a esta obra de infraestrutura vem ao encontro da nossa década de redução mundial de acidentes nas rodovias federais. E, que as contribuições encaminhadas foram focadas justamente nessa redução de acidentes. Neste sentido, o senhor Alonso mencionou que a verba de aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal não é suficiente para dar um suporte inicial básico para PRF, devida a própria estrutura que vai ser modificada na duplicação. Na rodovia TO-080 haverá necessidade de construção de postos aonde não existem, tendo um investimento maior. A palavra foi cedida à senhora Viviane Esse que agradeceu a contribuição e disse que a parte dos controladores de velocidade está fora da verba de aparelhamento, assim como a reforma dos postos. Assim, a

concessionária deverá executar uma série de medidas e outras, será estimulada a executar em função do fator de qualidade mencionado pelo senhor Stéphane em sua apresentação. A ANTT, a Polícia Rodoviária Federal e o governo federal estão preocupados com a segurança e qualidade das rodovias, além do conforto ao usuário. A verba destinada à Polícia Rodoviária é de reforço ao aparelhamento, deixando claro que existem outras medidas e, em experiências anteriores foi possível observar que o valor foi suficiente para as operações necessárias. A seguir, o senhor Amauri Souza Lima, Superintendente do DNIT no estado do Tocantins relatou sobre a contribuição já fornecida quando os engenheiros e funcionários do DNIT acompanharam a equipe da ANTT nos estudos. Informou ainda que fará outras contribuições por escrito, mas ressaltou sobre a travessia urbana de Figueirópolis que o DNIT já começou a fazer, no sul do estado. Será feita licitação para a travessia urbana de Paraíso e a travessia urbana de Fátima, de Nova Rosalândia, que são obras interessantes de duplicação e construção de ruas laterais, que serão concluídas. O DNIT está em operação com radares e o senhor Amauri ficou de passar à ANTT os pontos dos radares fixos e móveis que já estão sendo operados. Com a palavra, a senhora Viviane agradeceu a manifestação do senhor Amauri e destacou o apoio do DNIT no projeto, que é grandioso, com estudos de qualidade, feito em um prazo de quatro meses, o que não seria possível sem esse apoio. Destacou também o apoio da Polícia Rodoviária Federal. A presidente da Audiência, após o término de todos os inscritos, abriu a palavra aos presentes para complementação ou manifestação, retornando para complementação o senhor Otoniel Andrade Costa que alertou sobre a construção de uma zona especial de negócio para dar suporte ao pátio da ferrovia norte-sul. Assim, relatou que a região vai sofrer um impacto de muitas indústrias até o primeiro pedágio, trazendo consequências, como o aumento do fluxo de veículos, prostituição, drogas dentre outros. Neste sentido, o senhor Otoniel questionou sobre uma possível verba de ajuda aos municípios, tendo em vista o impacto social que a região poderá sofrer. A representante da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária fez uma colocação, no sentido de que problemas para região irão surgir e que viriam mesmo sem a concessão e o objetivo é o de trazer desenvolvimento para a região, sendo a BR-153 e a TO-080 rodovias importantes para o país. Sendo rodovias duplicadas e mais seguras, poderá ocasionar redução nos custos do transporte e fará com que o corredor de desenvolvimento de integração nacional possa escoar a produção do estado de Tocantins, que é um estado com grande potencial. E, quanto ao apoio aos municípios a senhora Viviane lembrou que existe o valor do ISSQN, que é um imposto que, segundo a legislação atual, é calculado pela extensão que a rodovia corta o município, sendo revestido aos municípios. Não havendo mais manifestações a presidente relembrou que a ata do evento realizado e o relatório específico da audiência pública será, oportunamente disponibilizado no endereço eletrônico da ANTT, www.antt.gov.br, Audiência Pública número cento e trinta e dois. Agradeceu aos presentes e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 21 de janeiro de 2013.

Mírian Ramos Quebaud
Presidente

Luciana Faria Cortonesi
Secretária